

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A Cercimor é uma cooperativa de solidariedade com intervenção nos Concelhos de Montemor-o-Novo, Vendas novas, Mora e Arraiolos, tendo como missão o apoio à pessoa com deficiência, incapacidade e desvantagem. Nas suas várias unidades (Intervenção Precoce, CAFAP, CAO, CRP, Lar Residencial e Empresa Arte e Ofícios) apoiam mensalmente mais de 500 pessoas têm nos seus quadros 67 colaboradores, 10 voluntários e 10 estagiários. Para que possa desenvolver diariamente a sua intervenção têm mais de 80 parcerias efetivas com empresas públicas, privadas e associações dos vários concelhos da nossa abrangência.

Anualmente esta instituição gere 2010519,73€ de financiamento do Estado (Segurança Social, IEFP, Autarquias, INR, Fundos Comunitários e Donativos). Desde a implementação do Portugal 2020 a instituição, tem passado por graves situações de incertezas, de alterações de procedimentos e de problemas graves de tesouraria, tendo sido necessário recorrer à Banca para fazer face às responsabilidades exigidas pelo Estado e outras entidades Fiscalizadoras.

No Concerne à situação do financiamento do Portugal 2020, a 1 de Setembro de 2017 a instituição têm para receber mais de 350000,00€ já gastos na unidade- Centro de Reabilitação e Formação Profissional.

Esta unidade apoia anualmente 147 formandos com deficiência e incapacidade, desenvolvendo cursos de formação teórica/prática, inseridos nas empresas e serviços da comunidade. Desde o início deste quadro comunitário, a instituição reestruturou se para responder às exigências do POISE. Como tal, prontamente enviou todos os documentos e efetuou alterações de procedimentos de forma a inserir na Plataforma, que foi criada, toda a informação, para que os reembolsos das despesas efetuadas, fossem pagas de 2 em 2 meses, conforme compromisso assumido. Ora desde de 2015, nunca tivemos a plataforma a funcionar a 100%, e recebemos apenas aditamentos com atrasos em média de 6 meses, e estes mesmos valores nunca cobriram a totalidade das despesas pagas.

Com esta situação a Cercimor, a 20 de setembro 2017, não irá conseguir efetuar o pagamento

ao Estado (Seg Social e Finanças), o que leva a comentar um crime fiscal, colocando os elementos desta Direção em Termo de Identidade e Residência, por consequência os valores dos Acordos de Cooperação com a Segurança Social não serão financiados no final do mês de setembro. O que leva a encerrar todas as unidades desta instituição.

Se nada for feito, corre-se o risco de encerrar uma instituição com mais de 40 anos ao serviço da comunidade do Alentejo.

Assim, ao abrigo, das normas constitucionais e regimentais, solicita-se a V. Exa., que se digne a obter, junto do Sr. Ministro do Planeamento e Infraestruturas, resposta às seguintes questões:

1 – Após a denúncia desta grave situação, questiona-se quais as medidas que o Governo vai adotar para a sua resolução?

2 – Se sim, quais as medidas e para quando?

Palácio de São Bento, 6 de setembro de 2017

Deputado(a)s

ANTÓNIO COSTA SILVA(PSD)

LUÍS LEITE RAMOS(PSD)

JOEL SÁ(PSD)

PAULO RIOS DE OLIVEIRA(PSD)

FÁTIMA RAMOS(PSD)

FERNANDO VIRGÍLIO MACEDO(PSD)

LUÍS CAMPOS FERREIRA(PSD)

EMÍDIO GUERREIRO(PSD)

CRISTÓVÃO NORTE(PSD)

CARLA BARROS(PSD)

CARLOS SILVA(PSD)

ANTÓNIO TOPA(PSD)

LUÍS VALES(PSD)

PAULO NEVES(PSD)